

**ATA DA SESSÃO DE JULGAMENTO DO
RECURSO IMPETRADO PELA EMPRESA
CENTRO SUL DE GOIÁS LTDA RELATIVO A
INABILITAÇÃO NAS SUBÁREAS DE “TURISMO E
COMPORTAMENTO EMPREENDEDOR” NO
PROCESSO DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO
DE EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS
DE CONSULTORIA E INSTRUTORIA NR 01/2018 –
SEBRAE/MT.**

A Comissão Responsável pela Avaliação, Habilitação Jurídica e Qualificação Técnica do Edital, prevista no Regulamento de Licitações e Contratos do Sistema SEBRAE (Resolução CDN n.º 213, de 18 de maio de 2011), apresenta devidamente instruída, sua análise com relação ao **RECURSO** requerido pela empresa **CENTRO SUL DE GOIÁS LTDA**

1. DO RECURSO

Trata-se de Recurso impetrado pela empresa **CENTRO SUL DE GOIÁS LTDA** contra sua não habilitação nas seguintes subáreas propostas: “Turismo e Comportamento Empreendedor” sendo as mesmas pertencentes a natureza de “consultoria” em Edital de Credenciamento promovido pelo SEBRAE/MT. O recurso foi recebido tempestivamente em 14/11/2018, via e-mail.

A recorrente **CENTRO SUL DE GOIÁS LTDA**, alegou em apertada síntese:

1. Que vêm através do recurso, encaminhar documentação pendente para referido propósito:
Áreas propostas: Desenvolvimento Setorial – Subárea: Turismo, Natureza, Consultoria.
Empreendedorismo – Subárea: Comportamento Empreendedor, Natureza, Consultoria.
Observação: será enviado, Via declaração sobre horas, Sebrae Goiás, no qual a declaração é do ano de 2012, por motivos de demanda, o Sebrae Goiás não pode encaminhar uma nova declaração destacando que dia 15 feriado e recesso na sexta, mas que já foi protocolado o novo pedido de declaração e posterior andamento.
2. Pede a consideração das novas documentações enviadas em anexo.

É o relatório.

2. DO JULGAMENTO

2.1 - PRELIMINARMENTE

O Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas no Estado de Mato Grosso – SEBRAE/MT é uma entidade associativa de direito privado, sem fins lucrativos,

instituída sob forma de serviço social autônomo, não fazendo parte do Poder Público, executando-se assim suas atividades calcadas em planos nacionais e regionais de desenvolvimento.

Cabe frisar que o **Sistema SEBRAE é regido pelo Regulamento de Licitações e de Contratos do Sistema SEBRAE**, publicado no D.O.U em 16/9/98 (atualização - D.O.U. em 26/05/2011), regulamento este que teve respaldo do EG. TCU – Tribunal de Contas da União, conforme se depreende da Decisão nº 907/97 - Plenário - Ata 53/97 - Processo nº TC 011.777/96-6 – Min. Lincoln Magalhães da Rocha:

“Portanto, é razoável que os serviços sociais autônomos, embora não integrantes da Administração Pública, mas como destinatários de recursos públicos, adotem, na execução de suas despesas, regulamentos próprios e uniformes, livres do excesso de procedimentos burocráticos...”.

Saliente-se, que em Sessão no TCU, em 23.03.98, o Exmo. Sr. Ministro Lincoln Magalhães da Rocha comunicou o Tribunal que havia recebido a minuta do regulamento elaborada pelo "Sistema S" e que estava submetendo a um Grupo de Trabalho formado por servidores daquele Tribunal, lotados na 6º SECEX, 7º SECEX e SAUDI, e, que, feitas as adequações sugeridas pelo Grupo o Trabalho do TCU, "ocorreu nova reunião, com participação de integrantes do "Sistema S", onde consolidou-se uma Minuta de Regulamento de Licitações", conforme registrado pelo Sr. Ministro Lincoln Magalhães da Rocha no item 5 do seu VOTO, referente à decisão mencionada, levando-se em consideração que a minuta de Regulamento de Licitações Contratos foi submetida àquela Colenda Corte de Contas, em Sessão de 22.07.98 (Decisão nº 461/98-TCU-Plenário), através o processo TC-001.620/98-3, relatado pelo Exmo. Sr. Ministro Lincoln Magalhães da Rocha, tendo o Tribunal "recebido a minuta do Regulamento", integralmente transcrita no Relatório daquele eminente Ministro, publicado no D.O.U de 07.08.98, e ratificado o entendimento objeto da citada Decisão nº 907/97, considerando, também, que as 02 (duas) sugestões oferecidas pelo eminente Relator do processo TC 001620/98-3, constantes de seu Voto, foram inseridas de imediato no Regulamento.

Tudo isso para registrar, que desde 16/09/98, data da publicação no DOU, do Regulamento do Sistema SEBRAE, **é esse Regulamento, atualizado em 26/05/2011, que dá suporte legal às licitações e contratos**, de atos firmados pelo SEBRAE/MT e Sistema SEBRAE, **e não a Lei 8.666/93**.

2.2. DO MÉRITO

Sob a análise e julgamento do recurso, passamos a expor:

A Comissão Responsável pela Avaliação, Habilitação Jurídica e Qualificação Técnica do Edital do SEBRAE/MT, promoveu uma reanálise dos documentos apresentados pela empresa **CENTRO SUL DE GOIÁS LTDA**, tendo sido verificado que no procedimento de inclusão de informações e documentos no sistema informatizado de credenciamento – SGF, os atestados de capacidade técnica não foram inclusos no sistema e nem enviados fisicamente por correio e/ou empresas

transportadoras em envelope lacrado, conforme prevê o edital. Somente após a publicação do resultado final que houve o envio dos seguintes documentos:

1. Declaração do SEBRAE-GO como agente de desenvolvimento desde 11 de novembro de 2011, estando o documento datado como 17 de outubro de 2012;
2. Certidão de prestação de serviços no cargo efetivo de analista em turismo da prefeitura de Rio Quente no período de 01/03/2007 à 30/05/2018;

Documentos estes que não serão aceitos e nem analisados, uma vez que nesta fase do processo não é possível a inclusão de novos documentos. Tal procedimento da empresa não atende ao item 3.1 etapas I e II do edital de credenciamento 2018.

Em razão do exposto e não havendo motivos que justifiquem a retificação da decisão de não habilitação da empresa recorrente, esta Comissão Responsável pela Avaliação, Habilitação Jurídica e Qualificação Técnica do Edital do SEBRAE/MT **recomenda** à Autoridade Competente considerar **IMPROCEDENTE** o recurso acima analisado, pelas razões expostas.

Cuiabá/MT, 27 de novembro de 2018.

Comissão Responsável pela Avaliação e Habilitação Jurídica e Qualificação Técnica do Edital SGF 01/2018:

[Documento original assinado no processo]

Zaira de Melo Pereira
Presidente da Comissão

[Documento original assinado no processo]

Jonilson Anelli
Membro da Comissão

[Documento original assinado no processo]

Adriana Rodrigues da Silva
Membro da Comissão

Em 27 (vinte e sete) de novembro de 2018, eu Diretor Superintendente do SEBRAE/MT, após a análise, concordo com a recomendação da Comissão e considero **IMPROCEDENTE** o recurso apresentado pela empresa **CENTRO SUL DE GOIÁS LTDA**, adotando os fundamentos expostos pela comissão, **mantenho a decisão quanto a não habilitação da empresa.**

Cuiabá/MT, 27 (vinte e sete) de novembro de 2018.

[Documento original assinado no processo]

JOSÉ GUILHERME BARBOSA RIBEIRO
Diretor Superintendente do SEBRAE em Mato Grosso